

O que temos pela frente?

Agrupamento 18 de Março

1. Algo estranho paira no ar.

As instituições democráticas funcionam e, todavia, jamais o prestígio da democracia foi tão baixo. Nunca as garantias de que ela funciona e está sólida despertaram tanta desconfiança. A vitória de Lula nas eleições parece segura -- e, contudo, nada das alegrias e esperanças de 2002. Os bolsonaristas nas ruas e os democratas no meio da lama, aguardando não se sabe bem o quê. Para entendermos um pouco melhor isso tudo, vale a pena a gente dar uma olhada no passado mais recente.

Lembremos, pois a memória nesses tempos tende a ser curta. A articulação da Lava Jato a partir de Curitiba representou o esgotamento das possibilidades de negociação, por dentro do governo Dilma, das facções em que o capital se dividira. A primeira facção estava aparentemente consolidada no governo. Contava com os capitais envolvidos nas obras públicas, nos grandes eventos (Olimpíadas, Copa do Mundo, Panamericano etc.) e outros setores diretamente dependentes das verbas estatais. Os governos Lula azeitaram as relações desta facção do capital com o estamento político-burocrático em uma aliança que parecia duradoura (o Departamento de Operações Especiais, do Marcelo Odebrecht foi o lado mais explícito do capital privado desta relação com a burocracia estatal e o seu corpo político). No Congresso, era quase absoluto o domínio pelas lideranças mais expressivas do estamento político-burocrático (Sarnei, Jucá, Cunha, Temer etc.) as quais, nas vésperas das eleições de 2018, aprovaram uma reforma eleitoral que asseguraria a continuidade desse seu domínio. Tudo isso mais a popularidade de Lula parecia assegurar uma sólida base de sustentação dos petistas no poder.

A segunda facção era representada pelo restante do grande capital. Ou seja, todos os outros setores do capital (siderurgia, eletroeletrônica, papel e celulose, metalurgia, vidros, química etc) e ainda outros setores importantes, como confecção e têxtil, alimentação e a maior parte do agrobusiness. (Nesse momento, a FIESP rachou e apenas voltou a se reunificar com a eleição em 2021 para seu presidente de Josué Gomes da Silva -- filho de José Alencar, o vice da primeira eleição de Lula). Contava ainda com a participação de todos os bancos (à exceção do Bradesco, que jogou durante um bom tempo no meio do campo). A demanda do conjunto do capital representado por esta facção era simples e direta. No contexto da crise de 2008 e

suas repercussões nos anos seguintes, desejava uma parcela maior de apoio estatal para os seus negócios. Isto requeria, tanto a diminuição da corrupção (que, nos últimos anos do governo Dilma chegou a mais de 360 bilhões por ano, segundo estimativas do Estado de São Paulo), quanto o redirecionamento de recursos dedicados aos burgueses aliados do Planalto para o “conjunto da economia”, isto é, para aqueles setores do capital que não faziam parte do bloco no poder.

Incorretamente avaliando que a crise de 2008 seria de pequena consequência para a economia nacional (a tese da “marolinha”) e que o apoio das grandes empreiteiras, do capital dos grandes eventos e do Centrão seriam suficientes para atravessar a crise, os petistas colocaram Temer de vice da Dilma (pretendendo fortalecer sua base no Congresso) e reprimiram todas as pressões na sociedade contrárias à realização dos grandes eventos -- então já publicamente marcados pelo desperdício de recursos públicos e por uma deslavada corrupção.

A parcela do grande capital fora do poder empregou o Supremo Tribunal Federal como sua trincheira de luta. Para surpresa do próprio Moro e dos juristas país afora, autorizou a investigação a partir de Curitiba da corrupção envolvendo políticos e empresários: nascia a Lava Jato. Sua finalidade foi cumprida. Desmontou o esquema, o “mecanismo”, que articulava o “capital corrompido e corruptor”, no dizer de um comentarista da Folha, com o estamento político-burocrático em sua integridade (ou seja, desde o Congresso até a Prefeitura mais insignificante, desde a Petrobrás com seus acordos internacionais e o pré-sal, até a agência da Caixa Econômica de municípios do sertão nordestino, dos altos funcionários públicos de carreira até os mais humildes barnabés cujo salário ou aposentaria tendem a ser o principal ganho de milhões de famílias). Veio o *impeachment*, Lula foi em cana e Moro virou capa da *Time*.

Neste momento tivemos a produção, pelos petistas e seus aliados, das teses as mais fantasiosas. Enxergou-se no *impeachment* um “golpe” -- e aí as teses variavam -- ou contra o desenvolvimentismo petista, ou contra o nacionalismo do PT que queria preservar o pré-sal para o capital nacional, ou contra o sonhado caráter popular dos governos petistas. De um lado, os inimigos da nação e, de outro, os heroicos petistas defensores dos pobres e da soberania nacional. Outros enxergaram no *impeachment* uma ofensiva do capital imperialista para um novo arrocho, ainda mais imperialista, sobre a nação.

Nada como alguns poucos meses para a realidade falar mais alto. Lula sentado ao lado de Temer aplaudindo o STF que o colocara em cana -- o mesmo STF e o mesmo Temer já caracterizados pelo PT como traidores da nação e covardes aliados do imperialismo, como

inimigos mortais do povo brasileiro. As atuais alianças de Lula para voltar ao Planalto revelam o que sempre foi óbvio: os inimigos de ontem eram os aliados de anteontem e serão os aliados de amanhã. Os petistas fazem parte do Partido da Ordem, representam o capital e não têm qualquer vergonha desse fato. O afirmam e suas ações confirmam seu discurso. O *impeachment* nem foi um golpe contra a soberania nacional, nem uma articulação imperialista para explorar ainda mais “nossa já depauperada nação”. Foi apenas o resultado de uma estratégia míope do PT que o colocou em confronto com o grande capital, somado à inabilidade cósmica dos petistas ao redor da Dilma para administrarem a crise após 2008.

## 2. A vitória do estamento político-burocrático

Como a história tem suas astúcias, o resultado da ofensiva do grande capital contra o “mecanismo” alcançou seus resultados imediatos, mas não mais do que isso. Ao contrário de uma modernização da “máquina estatal”, com uma acentuada diminuição do seu custo (inclusive por um controle mais efetivo da corrupção), os resultados da Lava Jato não foram muito além da desmontagem do bloco no poder articulado pelos petistas com as grandes empreiteiras, o capital dos grandes eventos e o estamento político-burocrático. O que conduziu, aqui a ironia da história, à vitória de Bolsonaro em 2018 e ao atual controle do Congresso pelo baixo clero do Centrão representado por Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados.

Nas eleições de 2018 já se manifestou, com efeito eleitoral decisivo, uma enorme e generalizada insatisfação com os “no poder”. Desde os trabalhadores e operários (lembra-se dos dirigentes da CUT dizendo ao Lula como não dava para mobilizar os operários e trabalhadores em defesa da Dilma?), até os setores da assim dita classe média, os assalariados dos serviços e mesmo setores não dominantes, mas expressivos, do empresariado: a insatisfação era e é algo quase universal. A alternativa eleitoral oferecida à nação pelo grande capital (Alckimin!) era apenas um insosso, inodoro e insípido representante do *status quo*. Não havia dinheiro que o fizesse um candidato viável. Ciro Gomes apenas teria alguma viabilidade se fechasse um acordo com o Centrão que, na vigésima quinta hora, preferiu Alckimin, (para desencanto e espanto de sólidos apoiadores de sua candidatura, como o jornal O Estado de São Paulo). O PT avaliou que o melhor cenário para voltar ao poder em 2018 com Haddad era ter Bolsonaro no segundo turno. Uma ampla frente democrático-antifascista levaria o PT nos ombros dos democratas de volta ao Planalto!

Os sonhos não resistem à realidade... A avalanche de insatisfação generalizada na sociedade promoveu um arrastão eleitoral e tivemos, não apenas a mais profunda e extensa renovação (nada progressista, antes fortemente conservadora) do Congresso Nacional, como ainda a eleição de Bolsonaro -- que nem ele acreditava possível algumas poucas semanas antes das urnas.

Teve início, então, os seis meses mais interessantes de nossa política oficial, aquela que os meios de comunicação e os grandes jornais noticiam. Ninguém sabia o que fazer. Nem Bolsonaro, que precisava viabilizar algum tipo de governo; nem o grande capital, que colocara Lula na cadeia e retirara Dilma do Planalto. Muito menos o estamento político-burocrático, que -- para sua completa surpresa -- perdera nas urnas suas mais importantes e significativas, históricas por vezes, lideranças e -- para somar injúria à ofensa -- precisava agora angariar o apoio de mais de uma centena de novos deputados, a maioria “virgens de Brasília” -- boa parte deles bolsonaristas crentes que imporiam a Escola sem Partido, as suas crenças fundamentalistas e seus valores morais sem maiores delongas. Moro navegava nas alturas de sua popularidade e caiu na arapuca de Bolsonaro: virou ministro de um Presidente associado às milícias!

Foi nesta situação que brilhou a liderança e capacidade de articulação de Rodrigo Maia, até então uma apagada figura do estamento político-burocrático em sua versão carioca. Maia percebeu a ameaça para o capital se o governo Bolsonaro adotasse um tom mais popular e nacionalista (perspectiva cara a setores das Forças Armadas). Lembram-se de declarações de Bolsonaro de que não era possível salvar a Previdência empobrecendo ainda mais ao pobre? Quantas vezes foi reprisado que ele votara contra todas as “reformas” que interessavam ao capital, como a da previdência e a trabalhista? O fato de ter um hiper-neoliberal na Fazenda (Guedes) dizia pouca coisa, pois os empresários sabiam que Guedes estava no governo para se locupletar e não para ser o representante dos interesses do capital como um todo. Rodrigo Maia aproveitou-se desta situação para se colocar, junto ao empresariado, como a liderança capaz de colocar freios a Bolsonaro via Congresso. Ao mesmo tempo, se apresentou ao Congresso como o interlocutor do verdadeiro poder, o grande capital, contra o qual não valia a pena lutar: que fosse visto o exemplo recente da Dilma.

Entre outubro de 2018 e março de 2019, Rodrigo Maia articulou a sua base no Congresso e, até bem entrada a segunda metade do ano de 2019, foi ele, mais do que Bolsonaro, quem tocou a política nacional. Rearticulou por cima o estamento político-burocrático e, neste, manteve o poder nas mãos de seu setor mais “moderno”, disposto a auxiliar o grande capital tanto na reforma da Previdência (que passou, lembram-se?) quanto na modernização do

Estado (no que foi fragorosamente derrotado com uma rasteira, que selou seu ocaso, por parte de seu fiel aliado e amigo, ACM Neto). Lula continuava na cadeia e tudo indicava que sua situação iria se tornar cada vez mais dura. Colocou-se restrições às visitas que ele utilizava para fazer política, ameaçou-se transferi-lo para um presídio comum junto com os outros condenados da Lava Jato e assim por diante.

Bolsonaro era o Presidente, mas era Maia que comandava! O ex-capitão, então, começou a esbravejar. “Com esta democracia não se vai a lugar algum”, gritava aos quatro ventos. Os sonhos e as articulações golpistas avançavam a olhos vistos. No Congresso, Maia e o Centrão continuavam dando as cartas: por aí Bolsonaro não chegaria ao poder de fato. Era preciso articular um golpe. Ele jogou quase todas as suas fichas nessa possibilidade. Quase todas, não todas! O ápice foi a tentativa realizada no 7 de setembro de 2021. As brigadas bolsonaristas estavam articuladas (muitas delas literalmente armadas), o esquema do golpe montado: uma gigantesca manifestação em Brasília levaria ao fechamento do Supremo. A ainda maior mobilização em São Paulo selaria o golpe.

Foi uma Batalha de Itararé! Em pleno segundo ano da pandemia, com centenas de milhares de mortos, após a tragédia de Manaus, o início da vacinação desautorizando seus discursos religiosos, anti-ciência e anti-vacinas; isto tudo, somado à pressão do grande capital, significava que estava no horizonte o *impeachment* de Bolsonaro. O golpe o salvaria, mas o fracasso o enterraria. Entre a manifestação muito menor do que a esperada em Brasília e as notícias que a de São Paulo também não seria grande quanto o planejado, no voo da capital federal a São Paulo contraordens foram dadas e o golpe desmontado. Duas foram as consequências imediatas: a enorme decepção dos partidários mais aguerridos de Bolsonaro com um chefe que “chama prá briga e na hora chave foge do pau” e a rendição vergonhosa de Bolsonaro ao STF, com a carta redigida pelo Temer e assinada pelo Presidente.

Contra Bolsonaro, o grande capital, novamente via STF, havia angariado investigações e provas suficientes para ameaçar com a cadeia não apenas o Presidente, mas também seus filhos e alguns assessores (Queiroz, Frederick Wassef, o advogado do sub-mundo bolsonarista etc.). Alguns militares no poder também passaram a ser investigados. Sem o golpe, não restava ao imbrochável senão... bem, recuar em toda a linha.

Foi então que Rodrigo Maia pagou o preço representar, no interior do estamento político-burocrático, a ala mais modernosa e mais disposta às reformas que “modernizariam” o Estado segundo os interesses do capital. Modernização que significaria um rearranjo da burocracia e das empresas estatais e -- portanto -- do estamento político-burocrático. Este deveria se tornar menor, mais profissional e, acima de tudo, menos custoso. A “reforma

administrativa” se faria, no Congresso, às custas do baixo clero e, no serviço público nacional, às custas dos “barnabés” e Policarpos Quaresma. A elite do estamento político-burocrático sairia fortalecida – e mais rica!

O baixo clero, aproveitou-se da situação e se levantou em uma rebelião. Aliou-se com Bolsonaro para tirar Maia e seus aliados da Presidência da Câmara. Em troca de “blindar” Bolsonaro contra o *mpeachment*, teriam todas as benesses de ser amigo do Rei e contariam com o apoio de Bolsonaro na aprovação de leis que facilitariam a corrupção e dificultariam o trabalho da justiça. Depois do não-golpe, para Bolsonaro era decisivo ganhar tempo para negociar que não será preso, nem seus filhos, quando deixar o Planalto. Sua moeda de troca passou a ser a ameaça de “aprontar” nas eleições com o apoio de setores das Forças Armadas. O tom mais moderado de Bolsonaro nestes dias que escrevo (meados de setembro) pode indicar que um acordo tenha sido alinhavado: ele não “extrapolará” nas eleições e os processos e investigações contra ele, seus filhos, os militares que ocuparam postos em seu governo e seus assessores etc., não prosseguirão.

### 3. A frente “democrática-antifacista”

Foi nesse andar da carruagem que, já em 2019, o grande capital se reaproximou dos petistas e, estes, fizeram sua *mea-culpa* aos donos do país. Depois de quase 600 dias de prisão, Lula saiu de cana falando de amor, que não deseja vingança. Nada de conclamar a nação para luta pela sua soberania, para manter os lucros do Pré-sal no país, para impedir que o imperialismo aprofundasse ainda mais suas garras em nosso solo -- muito menos uma denúncia das injustiças da concentração de renda e da crescente miséria... Nada disso! Comportado, saiu de cabeça baixa, aceitando a vitória do grande capital e satisfeito com o seu lugar de serviçal na área de serviço da mansão da burguesia. O Lula domesticado, que não ousará repetir a besteira de imaginar ter poder para peitar o capital, passou a ser uma alternativa cada vez mais aceitável na mesma medida em que Bolsonaro radicalizava sua estratégia golpista. Para soltar Lula, a “deixa” técnica utilizada pelo STF -- o mesmo que havia legitimado os procedimentos “pouco ortodoxos” de Moro -- foi dada pelo site *The Intercept*. A publicação das mensagens e diálogos entre os integrantes da Lava Jato mostravam a articulação entre Moro e procuradores. Vale lembrar que esta mesma parcialidade havia sido legitimada em inúmeras oportunidades pelo STF. Que essa mesma parcialidade fôra empregada pelo governo Dilma ao processar e condenar as lideranças à esquerda das manifestações de 2013. Que, além disso, este mesmo STF quebrou desavergonhadamente a letra da Constituição ao permitir a prisão após a condenação em

segunda instância, quando então interessava ao grande capital colocar na cadeia as lideranças do “mecanismo”. De acordo com as novas circunstâncias, o STF engatou marcha-à-ré e desfez o feito, cancelou os processos manchados pela “não ortodoxia” da Lava Jato e declarou inconstitucional a prisão após a condenação em segunda instância que havia tornado legal poucos meses antes! Dificilmente haverá melhor lição “prática” sobre a predominância dos interesses do capital como um todo sobre o complexo do Direito!

Este é o delineamento geral do processo de volta dos petistas ao poder. Isto, se acreditarmos que na meia fábula dos jornais e da TV, pois uma fábula, para ser crível, tem que ser também uma meia verdade. Há mais, por trás de tudo isso.

A disputa política entre bolsonaristas, grande e médio capitais, intelectuais, religiosos, esportistas, jornalistas, artistas, *youtubers* e *influencers* se restringe, quase única e exclusivamente, a questões de ordem político-burguesa, moral ou religiosa. As cotas devem ou não ser mantidas? O projeto da Escola sem Partido deve ser aprovado? Deve-se liberar a compra de armas pela população que tem poder aquisitivo para tanto? O machismo do imbrochável deve ser apoiado ou combatido? Para enfrentar o feminicídio, melhor a Lei Maria da Penha ou uma pistola? A opção sexual deve ser livre ou regrada pelos valores religiosos? O aborto é um crime ou uma realização da liberdade? A embaixada brasileira deve sair de Tel Aviv e ir para Jerusalém? Devemos nos alinhar ao imperialismo americano, país de cristão e de Trump, ou podemos também negociar com a China, terra de comunistas e ateus? As vacinas são a salvação ou a danação? Os únicos aspectos das acirradas disputas entre bolsonaristas e democratas que escapam ao universo moral-religioso-institucional -- que tocam questões sérias da economia -- é a decisão por uma mais acelerada ou mais lenta destruição da Amazônia e a maior ou menor liberação de insumos agrícolas poluentes proibidos nos países imperialistas. Alas distintas do capital se digladiam ao redor deste aspecto importante, porém restrito a uma atividade econômica que não corresponde a mais do que 6% do PIB nacional.

Fora esta disputa ao redor da velocidade com que se deve queimar a Amazônia, há um amplíssimo acordo quando se trata de retirar direito dos trabalhadores, realizar uma nova reforma da previdência, manter os sindicatos e centrais sindicais rigidamente atreladas ao Estado e reprimir sistemática e amplamente todas as tentativas de organização autônoma dos trabalhadores e dos operários. O amplíssimo acordo ainda envolve o aprofundamento da integração da economia no país com a economia internacional, com a transferência de fábricas e ramos produtivos inteiros para a Ásia, bem como o aprofundamento da “reestruturação produtiva”. Depois da saída da Mazda, Kia Motors, da Ford, da Daewoo, da

Asia Motors, da Alfa Romeo etc., agora o que restou da Mercedes-Bens no Brasil anunciou a demissão de 3.600 operários e a sua completa reorganização. O processo só avança.

Na educação e na saúde, o amplíssimo acordo ainda engloba a manutenção e aprofundamento das privatizações e a maior abertura do mercado nacional ao capital bancário-educativo-transacional e ao complexo médico-hospitalar internacional, que se tornou gigantesco com a pandemia. Não há discordância em manter o Banco Central nas mãos dos banqueiros, em favorecer a concentração da propriedade fundiária e manter com financiamentos estatais a especulação imobiliária que destrói partes inteiras das cidades para as reconstruir em seguida... Seria possível continuar por muito falando do acordão entre bolsonaristas e democratas ao redor da concentração de rendas, do arrocho salarial, da promoção de programas estatais de esmolas para tentar conter a insatisfação popular em níveis aceitáveis e possíveis de serem reprimidos, da concordância generalizada em modernizar as polícias e as forças repressivas, etc. etc.

Ou seja, em poucas palavras: se for para defender, por exemplo, as cotas ou “o direito das minorias” (em bom português, direito de minoria é a definição de privilégio), haverá uma ampla frente democrática de apoio. Pois isso nada altera para a reprodução do capital. Contudo, se for para lutar contra a crescente exploração dos operários e trabalhadores, contra a pornográfica concentração de renda, pelo direito “democrático” da (livre do Estado) organização dos trabalhadores para resistir à opressão dos patrões nos sindicatos e locais de trabalho, pela fim da especulação imobiliária e pela reforma agrária -- em suma, se for para lutar pelo que realmente poderia melhorar a vida da enorme maioria dos brasileiros -- os lutadores estarão literalmente e de fato sozinhos. A frentona democrática antibolsonaro é apenas isso: antibolsonaro e pelo neoliberalismo. Se e quando os miseráveis e trabalhadores, operários e assalariados se levantarem, o farão não apenas sozinhos, mais ainda enfrentarão a oposição desta “frente democrática” que é, na sua essência, conservadora dos interesses do capital. Para ela, é antidemocrática a luta pelo direito à dignidade da vida da amplíssima maioria.

Esta situação é uma das mais eloquentes demonstrações de que Bolsonaro não é fascista. O fascismo é, essencialmente, um projeto imperialista nacional em confronto bélico com a ordem imperialista mundial existente. Bolsonaro e Lula são pequenas variações da mesma integração subordinada ao imperialismo internacional.

#### 4. Isolamento dos trabalhadores e operários

Isto é um dado importante para compreendermos o que temos pela frente.

A verdadeira esquerda, a esquerda que não abandonou os explorados nem se vendeu pelas trintas moedas de prata dos petistas, enfrentará uma conjuntura política de profundo e intenso isolamento. O fato de Bolsonaro ser o mais forte candidato da oposição a suceder a Lula no governo em 2026 servirá de desculpa para caracterizar toda oposição pela esquerda como “funcional” à direita, e toda crítica à democracia será tratada como “fascista”. O que ocorreu com o PCO, que há já muitos anos segue a estratégia de servir o PT na esperança de atraí-lo para a esquerda, é ilustrativo. Processado pelo STF no inquérito das *fake-news*, não encontrou por parte do PT nenhuma defesa ou solidariedade dignas do nome. Foi abandonado às feras sem qualquer prurido por aqueles que tem fielmente servido.

Lula no Planalto protegerá Bolsonaro, filhos e aliados. O que nos garante que assim será é a desde nascença aliança do PT com os torturadores e assassinos da Ditadura (lembrem-se como Genoíno foi destacado pelo primeiro governo Lula para proteger o núcleo duro da repressão encastelado no Estado? Como os lulistas abandonaram à mingua o movimento pela anistia? Como a Comissão da Verdade serviu, apenas, para velar o que ocorreu nos porões da repressão? Lembrem-se como foi ampliado o valor em dinheiro pago aos perseguidos que abrissem mão do direito de processar na justiça seus algozes? Lembrem como a própria Dilma fez aprovar a legislação repressiva mais dura desde a Ditadura? Lembrem-se do destaque que tiveram no governo Lula tanto o general Heleno, peça chave do atual governo, quanto Braga Netto – lembremos, um “quadro”, muito distinto do seu imbrochável chefe --, hoje vice na chapa de Bolsonaro?)

As milícias e as igrejas fundamentalistas nada têm a temer: ajustes aqui ou ali, mas nada que ameace de fato suas existências.

A amplíssima frente democrática estará a favor do capital e contra os trabalhadores. Agora, com uma diferença, com Lula no Planalto, sequer na aparência haverá uma oposição à esquerda (notem bem, não *de* esquerda). A essência das atuais disputas políticas virá à tona: não passa de uma disputa entre diferentes projetos que, nas suas diferenças, incluem de modo idêntico o aprofundamento da exploração dos trabalhadores e operários, a destruição do planeta e a concentração da renda e generalização da miséria (talvez um pouco minorada pontualmente pelas esmolas estatais). É provável que nunca os trabalhadores e operários tenham enfrentado uma conjuntura política de tamanho isolamento. Um isolamento que não pode ser quebrado, a não ser que os próprios operários e trabalhadores apoiem o aumento das suas explorações, a concentração de renda e a destruição do planeta.

Há que se somar, a esta conjuntura política, a instável situação econômica que vivemos. Novamente, lembrar não faz mal à saúde! Em 2019, os principais Bancos Centrais mundo afora e os grandes “atores econômicos” estavam convencidos que uma recessão controlada e moderada era indispensável. Na esteira da crise de 2008, os governos injetaram uma enorme quantidade de moeda nas principais economias, resultando em um crescimento inédito do capital especulativo e uma aceleração da ciranda financeira. A recessão queimaria parte deste capital fictício, melhorando, no dizer dos Bancos Centrais, os “fundamentos” da economia mundial. A recessão que deveria -- pois nunca se pode ter certeza -- ser controlada, seria iniciada pelo aumento das taxas de juros do FED, o Banco Central dos EUA, seguido do mesmo pelos dos países da Comunidade Europeia, Alemanha à frente. Esse plano foi frustrado pela pandemia. Sua explosão na passagem de 2020-21 fez os Estados lançarem programas de estímulos à economia que não foram além, ao fim e ao cabo, de gigantescos aportes de dinheiro novo no sistema financeiro. Ao lado deste efeito da pandemia, tivemos também o estratosférico crescimento do complexo médico-hospitalar, crescimento que por momentos fez do primeiro um complexo mais importante para manter a economia funcionando do que o complexo industrial-militar. Ao lado disso, tivemos também outros efeitos econômicos de médio e longo prazos. O estruturalmente mais importante parece ser um desarranjo do sistema de transporte internacional que torna ainda mais grave a falta de componentes e peças para a produção e os serviços, falta já provocada pela diminuição do ritmo econômico durante a pandemia.

A pandemia minorada, os EUA com Biden tentaram sua grande jogada: dois trilhões de dólares injetados na economia que deveriam provocar um arranco no tranco das atividades econômicas e, com isso, um crescimento da economia mundial. Matar-se-ia dois coelhos com uma única cajadada: reequilibria em parte os “fundamentos” do sistema mundial do capital e recolocaria os EUA em uma posição mais vantajosa na concorrência com a China. O resultado foi o oposto: as empresas, endividadas ou temendo uma recessão no horizonte, empregaram o novo capital para fortalecer sua posição, quitando suas dívidas ou trocando-as por de maior prazo a juros mais vantajosos. Nada de ampliar a produção e, muito menos, de fazer a economia mundial pegar no tranco e conferir aos EUA uma melhor posição no cenário de disputas imperialistas em curso. Então a inflação, que já vinha sendo prevista pelos Bancos Centrais, bateu à porta. O remédio que hoje resta aos Bancos Centrais é o aumento de juros o que ameaça uma recessão mundial sem o planejamento e sem os mecanismos de controle que imaginavam ter em 2019-20.

Nisto eclodiu a crise da Ucrânia e intensificou-se as disputas entre a China, EUA e Austrália no cenário do Pacífico.

Os dados mais recentes da economia brasileira indicam que já estamos, tecnicamente, em uma recessão. Ainda que as manobras eleitoreiras tenham jogado o preço dos combustíveis para baixo, a alimentação é a expressão mais clara das pressões inflacionárias atuais: entre 12 a 15% anuais. Somado ao cenário internacional, é muito razoável se prever uma crise econômica, mesmo uma recessão. Neste caso, em um cenário em que a fome e a miséria crescem a olhos vistos e as primeiras movimentações mais significativas entre operários e trabalhadores começam a surgir, é sensato antecipar um governo com fortes crises políticas e com uma baixa popularidade. Não apenas devido ao aumento das tensões sociais em geral, mas também pelo aumento dos conflitos no interior do capital pela disputa ao redor do “apoio estatal em época de crise”. O montante de recursos estatais disponíveis -- ainda mais depois das medidas eleitoreiras de Bolsonaro nestes últimos meses -- não será um cobertor grande o suficiente para cobrir a todos. No centro desta disputa deverá ser recolocada o choque entre o conjunto da classe capitalista e o estamento político-burocrático envolvendo a divisão da riqueza produzida pelo proletariado.

É possível que assistamos, então, a uma tempestade perfeita: os dominantes em disputa entre si e os dominados em situação em que uma revolta se torne a única opção. Já tivemos recentemente “antecedentes”, ainda que apenas germinais, de fenômenos deste porte: as manifestações de 2013 e, mais recentemente, a “rebelião eleitoral” de 2018 que depositou votos no único candidato que se apresentava contra tudo e contra todos: Bolsonaro. Como sabemos, explosões desta ordem não são previsíveis. São tantos os fatores que intervêm em sua eclosão, que o *quantum* de acaso é considerável. Contudo, as condições indispensáveis (ainda que não todas as necessárias) para uma revolta social generalizada estão se acumulando em uma velocidade inédita na história recente do país.

Some-se a isto, um fator ideológico que pode ser significativo. Ocorrendo ou não uma explosão social, o cenário político do futuro imediato está relativamente bem traçado: por um lado, a articulação entre a frentona democrático-neoliberal e os bolsonaristas a favor da intensificação da exploração dos trabalhadores e operários. O afastamento de Brasília do “país real” tenderá a ser crescente. Por outro lado, a disputa de caráter eleitoral entre “democratas” e “fascistas” contribuirá para desgastar, aos olhos de todos, a legitimidade ideológica dos políticos, do governo e do Estado. Já em ampla medida deslegitimizados para o conjunto da sociedade, os políticos, o Estado, a grande imprensa, os partidos políticos eleitoreiros poderão ter diminuída ainda mais sua capacidade de administrar os conflitos na moldura da ordem. A consciência de que os políticos, os governos e o Estado nada mais fazem que piorar a vida de todos em troca do enriquecimento brutal de alguns poucos, pode vir a ser um elemento a mais no aumento da temperatura da luta de classes.

É a isto a que nos conduziu, não apenas a crise estrutural do capital, mas a estratégia derrotista e de colaboração de classe que a assim denominada esquerda tem seguido desde o final da Ditadura: apoiar sempre o menos pior. De menos pior em menos pior, seria um milagre que as coisas melhorassem. As forças que se pretendiam de esquerda se transformaram em meros apêndices eleitorais das disputas interburguesas. Temos, agora mais do que nunca, de viver o aqui e agora tendo o horizonte de largo prazo por finalidade: como acumular forças para que os trabalhadores e operários possam atravessar este difícil momento com algum ganho de organização e de consciência.

#### 5. Os desafios e as tarefas mais imediatas

Tanto quanto conseguimos enxergar, este é o cenário que nos aguarda nos meses que virão. Que uma ação conjunta dos revolucionários – o que significa uma frente que comporte nossas diferenças filosóficas, ideológicas e políticas – é imprescindível, brota da própria conjuntura. Juntos poderemos mais do que isolados. As lutas, por serem ainda limitadas, locais e restritas, não trazem para a ordem do dia nossas distinções e colocam em primeiro plano o que nos aproxima. Uma frente parece ser possível e eficaz. Surpresa das últimas semanas: há indícios que somos mais numerosos do que avaliávamos.

Contudo, para evitar os erros do passado e acumular forças no sentido revolucionário, parece-nos igualmente imprescindível nos distanciarmos daquelas muitas forças e organizações (se nos permitem, pela brevidade) reformistas-eleitoreiras que, frente ao descalabro petista, se voltam ao voto nulo. Não porque fizeram uma autêntica autocrítica das suas concepções, mas porque almejam criar novos partidos eleitoreiros para continuar com sua prática de serem a “esquerda do capital”, no dizer do Boletim Batalhar. Talvez um bom começo, ainda que não muito mais do que isso, seja demarcar com aqueles que optam pelo voto nulo apenas “no segundo turno”.